

Opressão e Expropriação: Interseccionalidade, Reprodução Social e Acumulação Primitiva de Capital Continuada¹

Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca
(Mestranda em Teoria e Filosofia do Direito;
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil;
rhaysaruas@gmail.com)

Olena Lyubchenko (PhD Candidate,
Politics, York University, Toronto, Canada;
olenaly@yorku.ca)

Introdução

O presente trabalho busca contribuir para uma abordagem das estruturas de raça e gênero como parte da totalidade capitalista e, desta forma, se soma ao debate de pensadoras que têm construído a teoria da reprodução social e colaborado para novos desenvolvimentos do pensamento Marxista.² Nosso ponto de partida é o conceito e o projeto da “interseccionalidade” – que, em suas várias formas e representações, tem ganhado cada vez mais proeminência nos círculos acadêmicos e ativistas. Assim como Tithi Bhattacharya e David McNally (2017), nós questionamos: a interseccionalidade oferece as ferramentas que precisamos para compreender o mundo oculto da totalidade social e de todas as suas complexidades?

Nosso interesse, com este questionamento, é motivado por duas questões proximamente relacionadas: primeiro, pela prevalência das políticas identitárias no atual período do capitalismo tardio e nossas próprias condições materiais de possibilidade. Entendemos que separar artificialmente nosso gênero da nossa raça, etnicidade e classe ao elaborar nosso pensamento acadêmico ou político nos força a negar o modo como vivemos enquanto mulheres, não-brancas e trabalhadoras, e nos leva, necessariamente, à interpretações equivocadas da totalidade social; em segundo lugar, pelos estudos de caso desenvolvidos nos nossos projetos de pesquisa de mestrado

¹ Este trabalho é uma versão reduzida do artigo *Oppression and Expropriation: Intersectionality, Social Reproduction and (on-going) Primitive Accumulation*, que aguarda publicação. Uma primeira versão da discussão desenvolvida neste trabalho foi apresentada no Congresso Marx200: Politics – Theory – Socialism Congress, na cidade de Berlim, em maio de 2018, sob o título *Lessons from Marx: Intersectionality, Capitalist Accumulation and the Race-Class-Gender Nexus*.

² Segundo o método de Marx, neste trabalho, nós utilizamos a categoria de “totalidade” em um sentido histórico, como uma totalidade social orgânica, não como um fenômeno *a priori*.

e doutorado, os quais, enquanto largamente enraizados no interior da tradição marxista, têm nos obrigado a desenvolver uma metodologia que possibilite endereçar cientificamente a raça e o gênero no seio dos processos contínuos de desenvolvimento capitalista. Esperamos que este trabalho colaborativo, e o processo de formular bons questionamentos e conceptualizar a raça e o gênero em relação ao capitalismo, nos traga mais para perto de uma estrutura teórica e metodológica útil a ser utilizada nos nossos trabalhos de pós-graduação.

A intenção inicial deste artigo, era facilitar um engajamento mais estrito entre Patricia Hill Collins, em seu pensamento feminista negro (2000), e Sylvia Federici, com sua teoria da reprodução social e estudo da acumulação primitiva de capital (2003), uma conversa que nos pareceu necessária para ajudar a reformular o nexos classe-raça-gênero em um entendimento das dinâmicas do capitalismo tardio como materialmente corporificado, holístico e global. A conexão implícita que tem sido pouco explorada entre o trabalho de Hill-Collins (2000) sobre a singularidade das experiências das mulheres negras com a forma privada de família nuclear nos Estados Unidos da América (EUA) – destacando o legado histórico do colonialismo e das formas de conhecimento desenvolvidas pelas mulheres negras – e o trabalho de Federici (2003) sobre as experiências das mulheres camponesas na transição do feudalismo para o capitalismo na Europa – onde o trabalho de reprodução social se tornou desvalorizado enquanto os camponeses eram separados dos meios de reprodução – continua a ser, particularmente, importante.

No entanto, no processo de responder às questões metodológicas e políticas maiores que se impuseram no desenvolver deste trabalho, em particular, como os processos históricos dos estudos de Hill Collins e Federici estão vinculados, o que é a relação entre exploração, expropriação e opressão hoje, e como a tradição marxista pode tomar a questão da raça em relação ao gênero mais a sério – incluindo debates sobre casos nos quais a acumulação primitiva é aplicada às sociedades não-ocidentais, não-liberal-democráticas e em transição –, nós acabamos por adotar uma abordagem mais ampla.

Portanto, para desenvolver uma metodologia que poderia endereçar cientificamente a raça e o gênero como estruturais à economia política capitalista, nós avançamos no sentido de levantar uma série de potenciais críticas imanentes engajando Hill Collins (em conjunto com Bilge, 2016) e Federici (2003) em diferentes aspectos de nossa investigação enquanto as colocamos em diálogo com perspectivas marxistas mais recentes que buscam endereçar o nexos classe-raça-gênero a partir do recentramento do capitalismo como um modo de produção ampliado. Além da teoria da

reprodução social de Bhattacharya e seus colaboradores (ed. 2017), que critica a interseccionalidade conforme utilizada por Hill Collins and Bilge (2016), e da abordagem da reprodução social de Federici, nós incorporamos recentes contribuições à revista *Historical Materialism*³ que falam sobre a relação entre pós-colonialidade, reprodução social, e as origens do capitalismo.

Ainda, até onde conhecemos, esses trabalhos parecem desconhecer os escritos tardios de Marx. Além disso, portanto, incluímos a leitura de Theodor Shanin (1983), Kevin Anderson (2010) e Lucia Pradella (2015; 2013) sobre esses escritos, compostos de cadernos, artigos jornalísticos, esboços e cartas, enviados após a primeira publicação do *Capital* Volume 1, onde Marx se dirige a sociedades não capitalistas, como Rússia, China, Índia, entre outras. O entendimento multilinear de Marx do desenvolvimento capitalista abre um amplo campo de possibilidades para endereçar raça e etnicidade como parte da própria acumulação capitalista, a qual a teoria da reprodução social ainda está para ser incorporada efetivamente. Ademais, seu precoce entendimento do desenvolvimento desigual e combinado no processo de transição do capitalismo possui os instrumentos para revelar como as relações sociais capitalistas nascem de diferentes organizações de produção e reprodução.

Ao longo desta investigação metodológica mais ampla, nós argumentamos que, ironicamente, tanto a interseccionalidade quanto o marxismo ortodoxo têm sido da mesma forma culpados, reproduzindo uma teoria dualista⁴ a-histórica enquanto tentam abordar as relações sociais como um todo. Ambos precisam prestar atenção aos processos de acumulação primitiva de capital no capitalismo tardio – processos que são simultaneamente baseados no gênero (gendered) e na racialização, como parte de uma perspectiva de “produção expandida” e “acumulação expandida”.⁵ Neste sentido, nós argumentamos que a lógica do desenvolvimento capitalista tem

³ Em particular, nos “Volume 24, issue 2” e “Volume 25, issue 3”, da revista.

⁴ Aqui, nos referimos à compreensão da exploração capitalista e da luta de classes como autônomas, separadas, da opressão de gênero e das lutas das mulheres contra o patriarcado. (Hartmann 1979).

⁵ Por “produção expandida”, nós entendemos a totalidade capitalista que engloba o processo de produção e o processo de reprodução social (como nos ensina as teóricas da economia política feminista, Laslett e Brenner 1980; Vosko 2002, 2006; Bhattacharya 2017). Da mesma forma, por “acumulação capitalista expandida”, nos referimos à unidade da acumulação que ocorre no processo de produção simples e à acumulação que ocorre através do processo de acumulação primitiva continuada (Luxemburg e Federici), a expropriação extra-econômica (Wood 2000 e Brenner 1979). Nós entendemos que toda a acumulação capitalista é necessariamente uma “acumulação capitalista expandida”, sendo necessariamente um processo global (Pradella 2010; 2015; 2013). Assim, adicionamos aqui o termo “expandida” apenas para ressaltar que não entendemos a acumulação capitalista como um processo nacionalizado ou apenas vinculado ao processo de produção de mais-valia.

sido historicamente e é, contemporaneamente, “interseccional”. Assim, nós avançamos na necessidade de utilizar a ferramenta “interseccionalidade” na desmistificação do funcionamento do capitalismo global. No entanto, ao mesmo tempo, apontamos para a necessidade de matizar o argumento de Federici (2003), que possui o perigo de a-historicizar os processos de acumulação primitiva capitalista e universalizar a experiência da Europa Ocidental, sem mostrar as diferentes formas nas quais a acumulação primitiva ocorre em diferentes espaços e temporalidades. Nosso pressuposto é que o capitalismo foi construído através de hierarquias sociais anteriores e reestruturou essas hierarquias em seu próprio processo de formação, beneficiando-se delas e redirecionando-as para a produção de valor, o que inclui a separação contínua dos trabalhadores dos seus meios de subsistência. Nesse sentido, buscamos transcender a separação entre o político e o econômico e qualquer separação entre base / superestrutura.⁶

Redesenhando a proposta da Interseccionalidade: rumo à uma crítica imanente

Nossa leitura da interseccionalidade é baseada no que percebemos como sua conceptualização mais completa e compreensiva – o trabalho de Patricia Hill-Collins e Sirma Bilge intitulado *Intersectionality* (2016). Elas compreendem como as duas maiores conquistas da interseccionalidade: (a) uma *práxis* crítica forjada no interior dos movimentos sociais e direcionada para mudar o mundo em uma direção mais justa; (b) uma metodologia acadêmica holística para a compreensão da realidade como um todo complexo. Além disso, elas descrevem a singularidade da interseccionalidade em seu ponto de partida - que são as experiências cotidianas de opressão que ecoam entre as pessoas e suas necessidades materiais de reconhecimento, redistribuição e igualdade nas sociedades ocidentais. Como Hill Collins and Bilge explicam, a

interseccionalidade é uma forma de compreender e analisar a complexidade no mundo, nas pessoas e nas experiências humanas. Os eventos e condições da vida social e política e do eu raramente podem ser entendidos como moldados por um fator. Eles geralmente são moldados por muitos

⁶ O próprio Marx fazia uma crítica similar contra a análise a-histórica das relações sociais capitalistas feita pelos economistas políticos burgueses. Em sua introdução aos *Grundrisse*, Marx (1857) escreveu: “Para os economistas, entretanto, não é só isso que efetivamente importa nessa parte geral. Mais do que isso, a produção deve ser representada – veja, por exemplo, Mill –, à diferença da distribuição etc., como enquadrada em leis naturais eternas, independentes da história, oportunidade em que as relações burguesas são furtivamente contrabandeadas como irrevogáveis leis naturais da sociedade *in abstracto*. Esse é o objetivo mais ou menos consciente de todo o procedimento.” (2011, p. 59). Desta forma, seguimos aqui o método de Marx, quando nós procuramos responsabilizar os pensadores pela análise histórico-materialista, mesmo que seja o próprio Marx ou seus intérpretes posteriores.

fatores de maneiras diversas e mutuamente influentes. Quando se trata de desigualdade social, a vida das pessoas e a organização do poder numa dada sociedade são melhor entendidas como sendo moldadas não por um único eixo de divisão social, seja esse a raça ou o gênero ou a classe, mas por muitos eixos que trabalham juntos e influenciam uns aos outros. Interseccionalidade como uma ferramenta analítica dá às pessoas melhor acesso à complexidade do mundo e de si mesmas. (2016, p. 2, tradução das autoras).

Historicamente, o artigo de Kimberlé Crenshaw ficou conhecido por cunhar o termo na década de 1990 (coincidindo com sua formal institucionalização e descolamento dos movimentos sociais por justiça no interior do neoliberalismo). No entanto, Hill Collins e Bilge afirmam, de forma importante, que a interseccionalidade não começou quando foi "nomeada". Ao partir do uso da interseccionalidade de Crenshaw como sua história de origem, elas apontam para as décadas de 1960 e 1970 como o momento de elaboração de suas ideias centrais. Enquanto ideia e prática, a interseccionalidade teria nascido na própria experiência de vários grupos de mulheres não-brancas no interior de movimentos sociais mais amplos nas Américas - cada um acrescentando sua própria visão sobre a escravidão, colonialismo, (i)migração, cidadania, sexualidade e assim por diante.

De fato, estudiosos importantes como Angela Davis (1981), Sharon Smith (2015), McDuffie (2011) e outros, postulam que uma das primeiras reivindicações icônicas de opressão inter cruzada remonta ao fim da escravidão africana e à organização das mulheres negras no início do século XX, nos Estados Unidos. Como exemplo, tomamos, respectivamente, a vida e o ativismo de Sojourner Truth e Claudia Jones como representantes de uma ampla gama de mulheres negras que lutaram contra opressões interseccionadas no coração do movimento antiescravista, do partido socialista e do partido comunista nos EUA (Davis, 1981, p. 88-100; McDuffie, 2011; Smith, 2015, p. 2-24). É importante ressaltar, portanto, que subjacente à essas percepções que informaram a interseccionalidade, está a “epistemologia do ponto de vista” (standpoint epistemology) – o conhecimento específico que vem de uma localização social específica, informada pela experiência e pelo contexto social (Hartsock, 2004; Hill Collins, 2000).

Ao mesmo tempo, Hill Collins e Bilge reconhecem que nas décadas de 1980 e 1990, - as principais décadas em que o neoliberalismo ganhou legitimidade -, a interseccionalidade se transformou em “uma mercadoria quente de consumo acadêmico” suprimindo as dimensões transformadoras e potencialmente disruptivas desses projetos críticos (Hill Collins e Bilge 2016, capítulo 5, p. 85). As autoras apontam, ainda, que a interseccionalidade é muitas vezes confundida com as políticas identitárias e é culpada pela fragmentação da identidade e pelo enfraquecimento da luta de classes, voltando-se para a cultura e para longe da estrutura, além de ser colocada como

uma política de vitimização. Confrontando essas visões, elas afirmam que, “quando se trata de questões de identidade, a interseccionalidade enfatiza há muito tempo uma combinação de análises estruturais e culturais” (Hill Collins and Bilge 2016, p. 124). Deste modo, a identidade é vista como uma subjetividade política coletiva que fortalece e empodera, mas não como uma essência ou um fim em si mesmo.

À luz dessa defesa, nossa crítica imanente não é sobre a relação íntima da interseccionalidade com as políticas identitárias, por si só, nem a alegação de descartar a classe como uma categoria central de análise. Negar a ressonância da interseccionalidade com as experiências dos trabalhadores no Ocidente, bem como a relação de diferentes formas históricas de opressão, seria vulgar. Reconhecemos que os méritos da interseccionalidade são muitos, desde empurrar as lutas contemporâneas por reconhecimento e movimentos sociais de base para a esquerda, mantendo vivo o debate da redistribuição por meio de reivindicações baseadas em direitos econômicos políticos, culturais e sociais, bem como na abertura de novos campos de investigação em disciplinas tradicionais como no ensino jurídico.

Em particular, queremos ressaltar que a interseccionalidade contribui para a desnaturalização e politização da experiência cotidiana daqueles que sofrem a intersecção da violência direta, considerando que as lutas liberais por reconhecimento também são necessárias para a classe trabalhadora dentro da sociedade capitalista. A interseccionalidade abre, ainda, a possibilidade de um campo de convergência para os próprios movimentos identitários. Em outras palavras, a interseccionalidade traz materialidade às lutas de classe e força o marxismo a repensar sua teoria, práxis e papel diante da realidade atual.

Assim, a nossa observação é que a dificuldade de criticar a interseccionalidade reside na confusão em torno de seu escopo e em certo desvio conceitual, tanto no nível de descrição como de explicação. Hill Collins e Bilge (2016) sugerem que os seres humanos são desfavorecidos em múltiplos *sistemas* de gênero, classe, raça, status de cidadania, etc. No entanto, em outros momentos, elas afirmam que a interseccionalidade é uma ferramenta para analisar a totalidade social como um todo integrado. Por exemplo, comparemos as duas passagens que aparecem em algumas páginas do livro das autoras:

A ordem mundial neoliberal baseia-se em um **sistema global de capitalismo** que é flexionado por relações desiguais de raça, gênero, sexualidade, idade, incapacidade e cidadania. **Essa organização global do poder** também opera através de estados-nação cada vez mais repressivos. Se as teorias universais do capitalismo que se baseavam em explicações das desigualdades econômicas apenas

de classe são limitadas, as teorias de protesto político global que abraçam a organização de um único tema podem ser igualmente paroquiais (Hill Collins and Bilge 2016, p.138, grifos nosso).

a indústria de vestuário conta com trabalhadores que são altamente desfavorecidos em sistemas de gênero, idade, raça e status de cidadania. Este caso mostra **como esses sistemas de poder se cruzam para produzir locais sociais de desvantagem para os trabalhadores e privilégios para gerentes e proprietários**. A indústria de vestuário contém uma força de trabalho altamente feminizada, depende do trabalho infantil em alguns países e usa raça e etnia como marcadores para os tipos de pessoas que contrata e favorece trabalhadores migrantes não documentados... trabalhadores são retirados de populações que são desfavorecidas em **sistemas de opressão** interseccionais. Sua pobreza, analfabetismo, gênero, idade, status de imigração, raça, casta ou etnia os tornam mais vulneráveis à exploração capitalista e à violência, especificamente ao abuso físico e sexual. A indústria de vestuário explora essas desigualdades de gênero e etnia, bem como o status de imigração e as diferenças de idade, para obter lucratividade (Ibid, p.145, grifos nossos).

Essas passagens estão entre muitas outras que servem como evidência para a confusão e o deslize conceitual. Não está claro onde é traçada a linha de rigor analítico - a interseccionalidade é um termo abrangente, uma espécie de guarda-chuva, um sistema para descrever relações de poder desiguais no nível do indivíduo, no interior da academia, das instituições, ou ela se atreve a perguntar e, em última análise, a responder à pergunta 'por que', explicando as causas das opressões como inter-relacionadas em primeira instância? Em outras palavras, sua explicação visa alcançar o nível da totalidade social? Essa confusão conceitual obscurece a compreensão dos contornos da interseccionalidade para aqueles que a abraçam e para seus críticos.

Se o objetivo da interseccionalidade é entender a totalidade social, então argumentamos que a interseccionalidade começa no reino da aparência⁷ e desdobra sua análise dentro do mesmo reino da aparência - ou o reino da descrição dos fenômenos -, sem passar pelo reino da essência - ou da explicação dos fenômenos -, entendendo ambos como uma totalidade dialética e destacando suas contradições. A análise profundamente refinada da realidade da indústria de vestuário aparece para nós como a própria realidade - porque, em primeira instância, *ela é a realidade* inegável que ressoa entre as trabalhadoras racializadas da indústria de vestuário no Sul Global. No entanto, a percepção e a própria ontologia do conceito "interseccionar" significa que esta teoria concebe a categoria da totalidade como um agregado, uma soma de diferentes partes. Como McNally precisamente argumenta, essa teoria se constitui como um sistema de newtonianismo social, onde

⁷ O reino da aparência aqui é colocado como fenômeno material, histórico e socialmente posicionado.

a realidade social é composta de partes autônomas distintas, cada uma com movimento próprio (2017, p. 143).

Como Marx proveitosamente escreveu em sua Introdução aos *Grundrisse* ([1857], 1973), “ao trazer as coisas que estão organicamente relacionadas em uma relação acidental, em uma conexão meramente reflexiva, elas exibem sua crueza e falta de compreensão conceitual” (p.88, tradução das autoras).⁸ Ao mesmo tempo, conforme a interseccionalidade endereça os *diferentes sistemas* como eixos que tornam os trabalhadores mais vulneráveis à exploração capitalista e à violência, ela colocam o *sistema de poder* capitalista como um *sistema* paralelo a outros *sistemas* autônomos de raça, gênero, idade, status de cidadania (e muitos outros). Nesse caso, a condição econômica é tomada como separada da política, destacando o capitalismo de sua essência - que é a de um sistema de expropriação e poder concentrados, voltando, assim, a uma estrutura de pensamento liberal.

A perspectiva da Reprodução Social

Assim como a interseccionalidade, em busca de uma abordagem holística, a teoria da reprodução social (TRS), incluindo o feminismo marxista, o feminismo socialista e a economia política feminista⁹, tem apresentado fortes críticas contra o reducionismo econômico de uma comum compreensão marxista sobre o modo de produção capitalista e totalidade social em geral.¹⁰

⁸ No original: “in bringing things which are organically related into an accidental relation, into a merely reflective connection, they display their crudity and lack of conceptual understanding.” (Marx, 1857, p. 29/ Penguin, 1973, p. 88). Na tradução para a língua portuguesa da Editora Boitempo ([1857], 2011, p. 61): “a insipiência e o desentendimento consistem precisamente em relacionar casualmente o que é organicamente conectado, em reduzi-lo a uma mera conexão da reflexão”. A tradução da Boitempo, corresponde com a tradução de David McLellan, para a HARPER TORCHBOOK, publicada em 1972 (p. 21). Optamos aqui pela tradução literal da versão inglesa da PenguinBooks, pois a linguagem é mais clara e o sentido nos parece mais coerente com o pensamento de Marx nos *Grundrisse* e no conjunto de sua obra.

⁹ Nos referimos à teoria da reprodução social⁹ como uma estrutura que unifica pensadores que trabalham a partir de diferentes perspectivas, examinando diferentes fenômenos que decorrem da premissa básica de que a reprodução social é essencialmente necessária para o processo de produção e para a reprodução do capitalismo. Como Bhattacharya explica, Marx “deixa subdesenvolvida ou subtematizada a produção e a reprodução da força de trabalho. É essa parte da reprodução total do sistema que preocupa os teóricos da reprodução social. Nesse sentido, talvez seja mais preciso pensar nessa tradição teórica como uma série de reflexões sobre a economia política da força de trabalho, uma reformulação da teoria do valor-trabalho a partir do ponto de vista do trabalho assalariado (em oposição ao capital).” (2017, 33, tradução das autoras).

¹⁰ Para mais sobre o pensamento da economia política feminista crítica canadense, confira Maroney and Luxton (1987), Clement e Vosko (2003).

Como parte de sua crítica da interseccionalidade e do marxismo economicista, em um volume muito recente organizado por Tithi Bhattacharya (2017), a autora argumenta que a classe trabalhadora se estende para além do trabalho simplesmente assalariado e para dentro do circuito da reprodução social. Desta forma, este livro aborda os debates em curso no interior do feminismo socialista sobre a localização do trabalho das mulheres no modo de produção, a taxa de exploração do trabalho das mulheres, tanto "dentro" como "fora" da produção por excedente (ver Maroney e Luxton, 1987 e Vosko, 2002 sobre debates na economia política feminista canadense; Young 1980; Laslett e Brenner 1989; Hartsock 2004).

Crítica tanto do movimento Salários por Trabalho Doméstico (Dalla Costa e James 1972; Federici 1975) quanto da teoria de “sistemas dualistas” (Hartmann 1980), Bhattacharya sustenta que a produção para o excedente e a reprodução social são dois circuitos de uma totalidade onde a reprodução social não é produtora de mais-valia, mas é absolutamente essencial para a produção de mais-valia. Neste sentido, ela convincentemente propõe que “a classe trabalhadora, para o marxista revolucionário, deve ser percebida como todos da classe produtora que tenham participado, ao longo de sua vida, da totalidade da reprodução da sociedade - independentemente do trabalho ter sido pago pelo capital ou se permaneceu não-pago” (p.102, tradução das autoras).

Apoiando-se na crítica da economia política de Marx em O Capital vol. 1, Bhattacharya (2017, p. 99) argumenta que as lutas da classe trabalhadora ocorrem tanto no ponto de produção quanto no ponto de reprodução entre a valorização do capital e o sustento e autodesenvolvimento do trabalhador¹¹. O padrão de necessidade, ou a cesta de bens que sustentam o trabalhador, é determinado pela luta de classes no ponto de reprodução. Entende-se em um sentido mais amplo, incluindo o "salário social" que se refere ao acesso a benefícios sociais e direitos através da cidadania. A família internaliza e absorve o conflito entre os padrões de vida da população trabalhadora e as necessidades de acumulação capitalista (Picchio 1981, 207). Assim, "compreender a reprodução social do trabalho assalariado não é um fenômeno externo ou

¹¹ Bhattacharya (2017) escreve: “Assim, com um aumento na produtividade (q) e um declínio no valor dos bens de consumo fornecendo certa folga no orçamento dos trabalhadores, capitalistas. . . [são] encorajados a tentar reduzir os salários em dinheiro para capturar o ganho para si mesmos na forma de mais-valia. ”... Mas quando vemos que o padrão de necessidade é variável e pode ser determinado pela luta de classes, então fica claro que a classe trabalhadora também pode lutar nessa frente. De fato, essa é uma das conseqüências da compreensão do sentido ampliado em que a economia é, na verdade, um conjunto de relações sociais atravessadas por uma luta pelo poder de classe ” (92, tradução das autoras).

incidental que deve ser "adicionado" à compreensão do capitalismo como um todo, mas na verdade revela importantes tendências internas do sistema" (Bhattacharya, 2017, p. 89).

As lutas no local de trabalho por salários mais altos, jornadas de trabalho mais curtas, benefícios, etc., são apenas parte de uma luta maior contra o capitalismo. Portanto, como Bhattacharya escreve “todo movimento social e político 'tendendo' na direção de ganhos para a classe trabalhadora como um todo, ou de desafiar o poder do capital como um todo, deve ser considerado um aspecto da luta de classes” (Bhattacharya 2017, p. 98-99). Nesse sentido, as lutas por condições básicas de vida, acesso à terra e bens públicos devem ser contados como movimentos da classe trabalhadora contra o capital¹². Como a TRS demonstra com perspicácia, as questões que a interseccionalidade visa articular levam-nos diretamente à lutas para além do local de trabalho em direção a lutas no âmbito da reprodução.

Além disso, diferentes setores das classes trabalhadoras são produzidos de forma diferente em diferentes locais e momentos históricos (Bhattacharya 2017, p. 87). Assim, a cesta básica consumida pelos trabalhadores varia dependendo da raça, sexo, sexualidade e status de cidadania do trabalhador. Enquanto a TRS, nesta iteração, demonstrou cientificamente como o trabalho de reprodução social é essencial para a reprodução do capitalismo como um todo, e que as lutas no ponto de reprodução são, às vezes, mais eficazes em desafiar a mercantilização da vida cotidiana, ao mesmo tempo, a relação entre raça e gênero na reprodução do sistema capitalista permanece obscura.

A perspectiva da Reprodução Social revisada

Em recentes contribuições à revista *Historical Materialism*, uma nova geração de teóricos tem construído importantes *insights* a partir de abordagens da reprodução social contra a teoria de sistemas dualistas, levando-os adiante, ao teorizar historicamente a "assim chamada" acumulação primitiva de capital continuada. Essas análises nos levam a uma direção frutífera para a compreensão do gênero e da raça a partir de uma perspectiva materialista-histórica, dentro de uma

¹² Os exemplos históricos mostram claramente como essas lutas sociais são movimentos da classe trabalhadora contra o capitalismo. Podemos citar, por exemplo, as organizações de mulheres comunistas negras dos anos 1930 entre a classe trabalhadora negra nos EUA, e a ação do Harlem de 1935 contra os altos preços dos alimentos em mercearias pertencentes à pessoas brancas. (Smith 2015; McDuffie 2011).

visão da "produção expandida" do capitalismo¹³ - uma potencial resposta aos limites da interseccionalidade.

Em seu artigo, Nicole Leach critica que, “ao distinguir o capitalismo como um conjunto primordial de relações sociais de propriedade, existe uma abertura para reconhecer como as hierarquias de gênero estão presentes e fundamentais para o modo como as relações sociais capitalistas são representadas, resistidas e reproduzidas” (Leach 2016, p.127). Leach enfatiza a necessidade de uma nova onda de pesquisas em reprodução social sobre as origens das relações sociais capitalistas e sua reprodução em contextos históricos específicos (2016, p. 134). Sylvia Federici, é claro, tem trabalhado muito nessa área e levamos a sério seu argumento de que uma mudança da economia de subsistência para a economia de mercado separou a produção e a reprodução, tornando invisível a “importância econômica da reprodução da força de trabalho desempenhada na casa, e sua função na acumulação de capital” (Federici, 2004, p.75). De fato, a relação de exploração parece ocorrer fora da esfera política, no ponto de produção e apropriação. Isso indica que “a separação do político e do econômico no capitalismo significa a separação da vida comunitária [assim como do lar] da organização da produção” (Wood, 2000, p. 275).

No entanto, argumentamos contra os pressupostos a-históricos que às vezes são encontrados na teoria da reprodução social. Por vezes, estes pressupostos são visíveis no argumento de Federici, que tem o perigo de trans-historicizar os processos de acumulação primitiva de capital e de universalizar a experiência europeia ocidental, sem mostrar as diferentes formas nas quais a acumulação primitiva ocorre em diferentes espaços, iluminando a relação entre raça e gênero dentro das relações sociais de propriedade em transformação nos contextos históricos específicos.¹⁴ Isso poderia ser mitigado da maneira que Leach propõe, usando a visão de "produção expandida" do capitalismo.

¹³ Para esta definição, veja Wally Secombe (1974, 1975, 1992).

¹⁴ No texto de Federici, a evidência empírica dos “movimentos de cercamento” e a separação dos trabalhadores dos meios de subsistência (as características definidoras do capitalismo) são extraídos do caso inglês na seção “A privatização da terra na Europa, a produção de escassez, e a Separação da Produção da Reprodução”. Porém, as evidências do desenvolvimento do biopoder, políticas pró-natais (e, especificamente, caça às bruxas) nas seções seguintes do capítulo, são extraídas predominantemente de casos na Europa continental. Os últimos incluem: “Na França, um decreto real de 1556 exigia que as mulheres registrassem todas as gestações...Na França e na Alemanha, as parteiras tiveram de se tornar espãs para o Estado [e] Na Alemanha, a cruzada pró-natalista chegou a tal ponto que as mulheres eram punidas se não se esforçavam o suficiente durante o parto ou se mostravam pouco entusiasmo por seus filhos” e diversos outros (Federici 2004, 88, 89). No entanto, Federici não mostra como esse desenvolvimento do biopoder é resultado da mudança nas relações de propriedade social em direção ao capitalismo na Europa continental. A autora descreve a assombrosa pobreza das massas na Alemanha e na França, que predominantemente

Levando-nos adiante em direção a uma metodologia efetiva, o estudo de Rebecca Hall sobre o trabalho das mulheres indígenas no norte do Canadá - destacando a interação do trabalho capitalista produtor de mais-valia, reprodução social e trabalho de subsistência não-capitalista - mostra de que forma o entendimento da reprodução social como um local de luta colonial pode aguçar alguns dos pressupostos teóricos que sustentam a teoria da reprodução social (2016, p.88-89). Usando tanto a teoria de Luxemburgo sobre o imperialismo, quanto a compreensão de Federici da transição capitalista como um ato de violência generalizada e racializada, Hall argumenta que “as atividades reprodutivas e produtivas das mulheres indígenas - trabalho que persiste no campo de batalha da invasão capitalista de novos espaços de acumulação” é “um violento disciplinamento da reprodução para as necessidades do capital” (2016, p. 88-97). O termo "produção expandida" pode acomodar adequadamente "uma teoria que engloba o trabalho capitalista produtor de valor e o trabalho de subsistência não-produtivo e não-capitalista” (Hall 2016, p. 95).

Semelhantemente a Hall, confiando na compreensão de Marx do capitalismo global em seus escritos tardios, Lucia Pradella sugere que a visão ampliada da produção deveria ter uma compreensão do "global", não apenas do capitalismo dentro de um Estado-nação, superando o nacionalismo metodológico. De fato, isso inclui a expansão geográfica como um caminho de absorção excedente - onde a imigração, como também Bhattacharya (2017, capítulo 4) aponta em seu livro, é uma fonte de reprodução social e acumulação capitalista (Pradella e Cillo 2015). Para melhor teorizar a totalidade social, devemos mostrar como os espaços capitalistas e não-capitalistas interagem, e como a tendência universalizante e global do projeto capitalista reestrutura as relações sociais não-capitalistas (Pradella, 2013). Respondendo a algumas das perguntas implícitas de Hall, Pradella argumenta que

Embora globalmente a esmagadora maioria dos recursos e do trabalho não tenha sido explorada de forma capitalista, em *O Capital*, Marx assume a extensão universal da relação capital-trabalho assalariado, sem levar em conta as diferentes formas existentes de exploração. De um lado, essa abstração reflete o fato de que o capital pode integrar e subordinar formas de exploração diferentes da relação salarial "livre", formas que são, no entanto, subsumidas à acumulação de capital. (...). Por outro lado, o pleno estabelecimento mundial da relação capital-trabalho assalariado, é o limite extremo do desenvolvimento capitalista, que envolve um processo de expropriação contínua e a

afetaram as mulheres e causaram revoltas populares, assumindo que essa pobreza era causada pela separação dos camponeses dos meios de subsistência, sem fornecer provas disso. (Federici 2004, 80-81).

proletarização de camponeses, artesãos e trabalhadores independentes, por causa da competição, da produção industrial e da intervenção estatal direta (2013, p. 124-125, tradução das autoras).

Nesse sentido, Anievas e Nişancioğlu (2017) criticam as teorias pós-coloniais escrevendo que a sua falta de envolvimento com as origens históricas do capitalismo se presta a uma concepção do capitalismo que é singular e europeia versus o argumento "racista" das especificidades dos estados "orientais". (2017, p. 67-68). Seguindo Hall e Pradella, eles sugerem:

Ao postular o caráter multilinear do desenvolvimento como sua "lei mais geral", o desenvolvimento desigual fornece um corretivo necessário para qualquer concepção de sociedade ontologicamente singular ... postulando o caráter intrinsecamente interativo dessa multiplicidade, o desenvolvimento combinado por sua vez desafia o internalismo metodológico das abordagens eurocêntricas enquanto o próprio conceito de combinação denota que nunca existiu um modelo puro ou normativo de desenvolvimento ... Pois a "realidade histórica" do desenvolvimento desigual e combinado é um "contexto causal universalmente operacional" cujo tecido ontológico é simultaneamente gerador e moldado pela alteridade intersocietária. (Anievas e Nişancioğlu 2017, p. 68-69, tradução das autoras).

Enquanto os autores ligam fortemente a multilinearidade e a pós-colonialidade capitalista global, para uma análise mais rigorosa da totalidade capitalista, é necessário mostrar como essas instâncias se articulam através de relações específicas de produção e reprodução social. Necessariamente, uma visão de “expansão da produção” do capitalismo, que foi desenvolvida através da TRS, bem como os compromissos com a história global do desenvolvimento capitalista, processos de acumulação primitiva continuada e a reestruturação das relações sociais não-capitalistas para a produção de valor, deve empurrar para a produção de novos compromissos entre teorias da reprodução social e teorias pós-coloniais no capitalismo tardio.

Conclusão:

No final deste artigo, nossa análise nos leva a um ponto em que dois conceitos importantes que herdamos de Marx e da primeira geração de estudiosos marxistas se encontram: o conceito de desenvolvimento desigual e combinado e de acumulação primitiva continuada, produzindo uma visão multilinear do desenvolvimento capitalista global. Nosso ponto de partida tem sido o conceito e o projeto de interseccionalidade. Mais uma vez, ao contrário de alguns marxistas, vemos a interseccionalidade como uma expressão verdadeira da luta de classes no contexto da economia tardo-capitalista. Seus insights têm o potencial de manter os teóricos marxistas auto-reflexivos e

ligada às experiências reais da classe trabalhadora global. Enquanto Hill Collins e Bilge afirmam que a fórmula da interseccionalidade é universalmente aplicável, elas não reconhecem que o que lhes permite aplicar essa fórmula universalmente não é a flexibilidade da fórmula, mas a própria natureza universalizante do capitalismo. Assim, eles são incapazes de compreender como sua própria posição é um reflexo de um certo momento histórico no capitalismo global. A interseccionalidade não é capaz de explicar as condições que dão origem aos fenômenos que descreve e politiza.

Nosso principal insight é o arcabouço metodologicamente radical que nasce das abordagens marxistas contemporâneas que buscam responder à própria necessidade de reconectar o reino da aparência e o reino da essência - a totalidade da opressão e expropriação. Se o capitalismo é a separação dos trabalhadores dos meios de subsistência, com a compulsão do mercado pela sobrevivência, então a reprodução social é central para o capitalismo. Como mostra Bhattacharya, movimentos sociais de base / horizontais, que estão ligados à interseccionalidade, são lutas no momento da reprodução e são potencialmente anticapitalistas, embora não se afirmem como tal. Relacionamos essa "lacuna de percepção" com o fato de que esses movimentos e as bases teóricas da interseccionalidade permanecem dentro da esfera da aparência, não transcendendo a fragmentação política e a alienação da qual eles emergem dentro da era neoliberal.

Em conclusão, a teoria da reprodução social com vistas à 'produção expandida', associada a uma com uma compreensão histórica e simultaneamente global da transição e desenvolvimento capitalista (nuançando o argumento de Federici), – onde o desenvolvimento desigual e combinado encontra a acumulação primitiva de capital continuada e em curso, reestruturando meios de subsistência modos de vida e comunidades em direção ao estabelecimento de relações sociais capitalistas –, pode ser uma abordagem rigorosa para entender o contexto atual das expropriações neoliberais e o crescimento dos movimentos de extrema-direita.

Bibliografia:

Anderson, Kevin B. 2010. *Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago and London: University of Chicago Press.

Anievas, Alexander, and Kerem Nişancıoğlu. 2017. "Limits of the Universal: The Promises and Pitfalls of Postcolonial Theory and Its Critique." *Historical Materialism* 25.3: 36–75.

VERSÃO REDUZIDA – NARROWED VERSION

Bezanson, Kate and Meg Luxton. 2006. *Social Reproduction: Feminist Political Economy Challenges Neo-Liberalism*. Montreal: McGill-Queen's University Press.

Bhattacharya, Tithi. ed. 2017. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press.

Brenner, Robert. 1977. "The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism." *New Left Review* I (104): 25–92.

Clement, Wallace, and Leah F. Vosko, eds. 2003. *Changing Canada: Political Economy as Transformation*. Kingston & Montreal: McGill-Queen's University Press.

Dalla Costa, Mariarosa and Selma James 1972, *The Power of Women and the Subversion of the Community*, Bristol: Falling Wall Press.

Davis, Angela Y. 1981. *Women, Race and Class*. New York: Random House.

Federici, Silvia. 2003. *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*. New York: Autonomedia.

Federici Silvia. 1975. *Wages against Housework*. Bristol: Power of Women Collective and the Falling Wall Press.

Hartmann, Heidi. 1979. "The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union." In *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of Marxism and Feminism*, edited by Sargent, Lydia, 1-42. Boston, Massachusetts: South End Press.

Hartsock, Nancy. 2004. "The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism." In *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*, edited by Harding, Sandra and Hintikka, Merrill B., 35–54. New York: Routledge.

Hall, Rebecca. 2016. "Reproduction and Resistance: An Anti-colonial Contribution to Social-Reproduction Feminism." *Historical Materialism* 24.2: 87–110.

Hill Collins, Patricia. 2000. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge.

Hill Collins, Patricia, and Sirma Bilge. 2016. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press.

Laslett, Barbara, and Johanna Brenner. 1989. "Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives." *Annual Review of Sociology* 15: 381-404.

Leach, Nicole. 2016. "Transitions to Capitalism: Social-Reproduction Feminism Encounters Political Marxism." *Historical Materialism* 24.2: 111-137.

VERSÃO REDUZIDA – NARROWED VERSION

Maroney, Heather J., and Meg Luxton. 1987. *Feminism and Political Economy: Women's Work, Women's Struggles*. Toronto: University of Toronto Press.

Marx, Karl. 1976. *Capital: A Critique of Political Economy*, Volume One. Translated by Ben Fowkes. Harmondsworth: Penguin.

Marx, Karl. 1973 [1857]. *Grundrisse*. Penguin Books. Accessed online at marxists.org.

Marx, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços de uma crítica da economia política*. Boitempo: São Paulo, 2011.

McNally, David. 2017. “Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory.” In *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*, edited by Tithi Bhattacharya, 107-124. London: Pluto Press.

McDuffie, Erik S. 2011. *Sojourning for Freedom: Black Women, American Communism, and the Making of Black Left Feminism*. Durham, NC: Duke University Press.

Picchio, Antonella. 1981. “Social Reproduction and the Basic Structure of Labour Markets.” In *The Dynamics of Labour Market Segmentation*, edited by Frank Wilkinson, 193-209. London: Academic Press.

Picchio, Antonella. 1992. *Social Reproduction: The Political Economy of the Labour Market*. Cambridge: Cambridge University Press.

Pradella, Lucia. 2015. *Globalisation and the Critique of Political Economy: New Insights from Marx's Writings*. New York: Routledge.

Pradella, Lucia. 2013. “Imperialism and Capitalist Development in Marx's Capital.” *Historical Materialism* 21.2:117–147.

Pradella, Lucia. 2010. *L'attualità del Capitale: Accumulazione e Improverimento nel Capitalismo Globale*. Padova, Il Poligrafo.

Pradella, Lucia, and Rossana Cillo. 2015. “Immigrant Labour in Europe in Times of Crisis and Austerity: An International Political Economy Analysis.” *Competition & Change* 19(2): 145–160.

Secombe, Wally. 1992. *A Millennium of Family Change: Feudalism to Capitalism in Northwestern Europe*. New York: Verso.

Secombe, Wally. 1975, ‘Domestic Labour – Reply to Critics’, *New Left Review*, I, 94: 84–96.

Secombe, Wally. 1974. “The Housewife and Her Labour Under Capitalism.” *New Left Review* I/83.

Shanin, Teodor. ed. 1983. *Late Marx and the Russian Road: Marx and “The Peripheries of*

Capitalism. New York: Monthly Review Press.

Smith, Sharon. 2015. *Women and Socialism: Class, Race, and Capital*. Fully revised and updated edition. Chicago: Haymarket Books.

Vosko, Leah. F. ed. 2006. *Precarious Employment: Understanding Labour Market Insecurity in Canada*. Montreal and Kingston: McGill-Queens University Press.

Vosko, Leah. F. 2002. “The Pasts (and Futures) of Feminist Political Economy in Canada: Reviving the Debate.” *Studies in Political Economy* 68: 55-83.

Wood, Ellen Meiksins. 2000 [1995]. *Democracy against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Young, Iris. 1980. “Socialist Feminism and the Limits of Dual Systems Theory.” *Socialist Review* 10 (2/3):169–88.